

O LEGADO DAS BRUXAS E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS: REFLEXÕES SOBRE PODER E IDENTIDADE – Parte 2

A Emergência dos Movimentos Feministas nos Séculos XX e XXI

Vilma Lúcia Fonseca Mendoza
Acadêmica da APMED - Cadeira 40

A análise do feminismo desde o final do século XIX revela uma diversidade de correntes, práticas e mobilizações que, apesar de suas diferentes perspectivas, compartilham o objetivo comum de transformar as estruturas de poder que historicamente têm sustentado a discriminação e as profundas desigualdades entre homens e mulheres. Esse exame exige uma complexa travessia por uma rede de concepções, rupturas, contradições, erros e acertos que conferem ao feminismo, até hoje, uma aparência multifacetada. No século XX, as lutas feministas apresentaram pautas variadas, abordadas de maneiras diversas, incluindo o acesso à educação, a conquista do direito ao voto, o controle sobre a reprodução, a participação no mercado de trabalho e a luta contra a violência de gênero. No século XXI, o feminismo se expandiu, incorporando perspectivas de classe social, raça, sexualidade, etnia, idade, deficiência e identidades de gênero, ao mesmo tempo em que é profundamente influenciado por tecnologias digitais, redes transnacionais e novos desafios institucionais.

A emergência do feminismo no final do século XIX e início do século XX é consequente a significativas transformações econômicas, como a industrialização, urbanização, movimentos migratórios, mudanças familiares e disputas de poder que reestruturaram as relações de gênero. A principal demanda das mulheres foi a cidadania plena. Movimentos sufragistas e de luta pelos direitos civis das mulheres surgiram em vários países. Em 1893, a Nova Zelândia foi o primeiro país ocidental a permitir o voto feminino. Nos Estados Unidos, as mulheres conquistaram esse direito em 1920, e no Brasil, em 1932. No entanto, o acesso ao voto ainda era restrito, pois as mulheres continuavam sob o domínio de pais, irmãos ou maridos que determinavam suas escolhas, limitavam seus espaços físicos e silenciavam suas vozes. Nos Estados Unidos, a sufragista Susan Brownell Anthony afirmou: "Nunca haverá igualdade completa até que as próprias mulheres ajudem a fazer leis e a eleger legisladores".

Por seu ativismo e por ter votado nas eleições presidenciais foi presa em 1872 em Rochester, Nova York.

Simone de Beauvoir, em 1949, ao publicar *O Segundo Sexo*, introduziu a ideia de que a **condição feminina** não é um dado natural, mas o resultado de um longo e complexo processo de constituição socio/subjetiva. Com a famosa frase “**Não se nasce mulher, torna-se mulher**”, a autora manifesta que não é a biologia que assegura a identidade feminina ou masculina, mas sim o modo como os significantes culturais, sociais e familiares inscrevem o corpo em uma trama simbólica. Nesse sentido, é a presença ou a ausência do falo que determina as diferentes posições subjetivas e sociais.

O sujeito que **tem o falo** é impulsionado a ocupar lugares de força, comando, agressividade e poder, enquanto aquela que **tem a “falta”** é construída para desempenhar funções de passividade, obediência, subserviência e sacrifício.

Entre 1960 e 1980, o feminismo passou por uma nova fase, conhecida como a segunda onda do feminismo. As mulheres perceberam que, junto com suas conquistas, vinham dificuldades decorrentes das estruturas patriarcais historicamente consolidadas. Passaram a questionar a organização do trabalho doméstico, o exercício da sexualidade, a reprodução, a educação e, sobretudo, as representações de gênero na cultura. Rejeitaram as imagens, papéis e expectativas atribuídas às mulheres pela sociedade, denunciando como essas representações perpetuam as desigualdades e limitam as possibilidades individuais com base no gênero.

Foi nesse período que emergiu a figura de Betty Friedan, uma das fundadoras da Organização Nacional para as Mulheres (NOW) nos Estados Unidos, que lutou por políticas públicas de igualdade de oportunidades, leis de proteção contra discriminação e acesso a métodos contraceptivos. Sua obra e ativismo contribuíram para ampliar o debate sobre a igualdade de gênero e promover mudanças significativas nas políticas e na sociedade.

A década de 1990 marcou o início de uma fase de reconhecimento e celebração das diversidades. Observou-se um esforço crescente para tornar a educação mais inclusiva, com escolas e universidades começando a incorporar em seus projetos pedagógicos estudos sobre negros, indígenas, gêneros e outras disciplinas que reconheçam e valorizavam as diferenças.

Em 1988, Emilce Dio Bleichmar publicou a obra “O Feminismo Espontâneo da Histórica”. Essa psicanalista argentina, na esteira do que defendeu Simone de Beauvoir e contra a corrente freudiana clássica, esclarece que o gênero não se fundamenta na biologia, mas é algo construído na sociedade pelos papéis que homens e mulheres devem cumprir no que diz respeito a valores, normas e costumes. Assim, o termo sexo deveria ser reservado à função de reprodução e ao ato sexual propriamente dito, enquanto a categoria gênero tem uma função de natureza social. O **sexo**, macho ou fêmea, é **determinado por diferenças genéticas, anatômicas e fisiológicas** enquanto o **gênero**, masculino e feminino, é uma construção social e **determina as relações de desigualdade**.

Assim, a identidade de gênero emerge não apenas da materialidade anatômica, mas do modo como o desejo, a lei e a linguagem estruturam o lugar de cada um no campo do desejo do Outro.

A terceira onda do feminismo, iniciada na década de 1990, destaca-se por sua ênfase na diversidade de identidades e na valorização das diferenças. Uma maior comunicação com outras culturas e a intensificação das transações comerciais com empresas e instituições estrangeiras mostraram a necessidade de reconhecer e respeitar as diferenças. Organismos internacionais como a ONU entenderam que a coesão social estava diretamente associada à implementação de políticas educacionais voltadas para a tolerância e o reconhecimento da importância do multiculturalismo, do interculturalismo e do pluralismo cultural. Em 1995 a UNESCO recomenda que os países promovam o entendimento entre as culturas e celebrem a diversidade.

Esta é uma fase de crítica as generalizações de gênero e busca integrar uma ampla gama de novas experiências e perspectivas. É nessa época que Kimberlé Crenshaw, uma jurista e pensadora feminista norte-americana, cria o conceito de **interseccionalidade**. Ela mostra como categorias identitárias como raça, gênero e classe se sobrepõem, gerando formas complexas de discriminação e de privilégios específicos. Também é nessa terceira onda que o feminismo se alinha com movimentos que defendem os direitos sexuais e o ativismo LGBT +, criticando o que chamou de **heteronormatividade** e defendendo uma grande diversidade de desejos, escolhas e corpos. A globalização e os movimentos de feminismo regionais, africanos, latinos, indígenas também se fizeram presentes nessa terceira onda, destacando a necessidade

de autonomia e de justiça econômica nas comunidades onde a pobreza e a violência fazem parte da estrutura social e cultural.

Nessa terceira onda, marcada pela valorização da diversidade de identidades, a bruxa é ressignificada: ela representa **a mulher que ousa existir fora das normas**, que reivindica sua sexualidade, sua ancestralidade, sua autonomia. A **interseccionalidade**, conceito central dessa fase, permite compreender como a figura da bruxa também encarna múltiplas opressões, de gênero, classe, raça e como sua memória pode ser mobilizada por feminismos indígenas, afrodescendentes e como símbolo de luta contra sistemas de dominação.

Inúmeros estudos reconhecem que a Inquisição não foi apenas um movimento em defesa dos valores cristãos. A expansão do poder dos Reinos, a necessidade de desviar a atenção dos problemas estruturais que afligiam o povo e a perseguição aqueles que poderiam protagonizar revoltas e crises sociais se fundiram, para dar lugar a um dos mais cruéis períodos da história. A Inquisição revelou os aspectos mais sombrios da condição humana. Em nome de Deus, disseminou o ódio, o medo, iluminando a Europa com as labaredas que consumiram, principalmente, os corpos de inúmeras mulheres, transformando-as em símbolos trágicos da intolerância e da opressão.

Como afirmou Silvia Federici (2017), “A caça às bruxas foi uma guerra contra as mulheres. Uma tentativa de destruir sua autonomia, seus saberes, sua sexualidade e sua capacidade de resistência.”

A figura da bruxa medieval deixa de ser apenas um personagem histórico ligado à magia, às superstições e à perseguição para se transformar hoje em uma metáfora viva. Ela é o símbolo da resistência da mulher às estruturas de poder que historicamente controlaram seus corpos e silenciaram suas vozes. Silvia Federici, em *Calibã e a bruxa* (2017), destaca que a caça às bruxas constituiu uma estratégia de disciplinamento social e sexual, indispensável à consolidação do capitalismo moderno. Mas isso é assunto para outras reflexões. Assim, a apropriação desse arquétipo pela literatura, pelo cinema, por exemplo, *A Bruxa*, dirigido por Robert Eggers em 2015 e pelos movimentos feministas, evidencia sua vitalidade cultural, transformando-o em emblema das múltiplas formas de emancipação feminina e de contestação às desigualdades entre os gêneros. Exaltada por sua insubmissão, tornou-se a figura central de um slogan de grupos ativistas: “somos as netas das bruxas que não conseguiram queimar”.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. (Publicado originalmente em 1949).

BLEICHMAR, Emilce Dio. **El feminismo espontáneo de la histeria: estudio de los trastornos narcisistas de la feminidad**. Madrid: Siglo XXI, 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971. (Publicado originalmente em 1963).